



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número do 1.0518.15.000850-7/001 **Númeraço** 0008507-
Relator: Des.(a) Ângela de Lourdes Rodrigues
Relator do Acórdão: Des.(a) Ângela de Lourdes Rodrigues
Data do Julgamento: 01/12/2016
Data da Publicação: 16/12/2016

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - PREGÃO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8666/93 E ATENDIMENTO AO EDITAL - EMPRESA FABRICANTE OU CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR - NECESSIDADE - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE - SEGURANÇA DENEGADA - RECURSO DESPROVIDO. De acordo com a Lei nº 8.666/93 a licitação destina-se, observado o princípio constitucional da isonomia, à seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. A licitação é ato estritamente vinculado aos termos da lei e às previsões editalícias, sendo as regras aplicáveis indistintamente a todos os proponentes. A aquisição de veículos diretamente de concessionária atende ao disposto no art.15, I, da Lei 8666/93, não possuindo a Impetrante direito líquido e certo, porquanto não se trata de empresa fabricante ou concessionária, não podendo efetuar vendas diretas de veículos a Administração, devendo ser denegada a segurança.

AP CÍVEL/REEX NECESSÁRIO Nº 1.0518.15.000850-7/001 - COMARCA DE POÇOS DE CALDAS - REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POÇOS DE CALDAS - APELANTE(S): JCB MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI - EPP - APELADO(A)(S): MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS - AUTORI. COATORA: PREFEITO DO MUNICIPIO DE POÇOS DE CALDAS - LITISCONSORTE: VALEC



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 8ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, PREJUDICADO O REEXAME NECESSÁRIO

DESA. ÂNGELA DE LOURDES RODRIGUES

RELATORA.

DESA. ÂNGELA DE LOURDES RODRIGUES (RELATORA)

V O T O

Trata-se de Apelação Cível interposta por JCB MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI - EPP, visando a reforma da sentença de fls. 214/218, proferida pelo MM. Juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Poços de Caldas, que nos autos do Mandado de Segurança impetrado contra ato praticado pelo PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, denegou a segurança, revogando a liminar.

A apelante alega, em suas razões recursais de fls. 222/235, que não se enquadra em nenhum dos impedimentos dos itens do instrumento convocatório, saindo vencedora ao final dos lanços efetuados pelo sistema.

Sustenta que a empresa VALEC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA interpôs recurso junto ao pregoeiro do Município de Poços de Caldas,

entendendo a autoridade coatora que a Recorrente JCB MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, não poderia vender veículos "0 Km" por se constituir em Empresa de Pequeno Porte, enfatizando o Apelante que não há como prevalecer tal decisão tendo em vista não encontrar fulcro no Edital que rege o certame.

Destaca que em momento algum a controvérsia girou em torno da possibilidade da Recorrente participar ou não do processo licitatório, mas a lide trata da violação do direito líquido e certo da Recorrente em permanecer como vencedora do processo licitatório.

Afirma que não existe exigência editalícia para que o veículo entregue seja "0 Km", e ainda que a empresa apelante não fosse concessionária, distribuidora ou montadora, poderia participar do processo licitatório pois atendia os requisitos do Item 5.1 e não se encontrava obstada pelas restrições do Item 5.2 do Edital.

Discorre sobre o fato de que não houve restrição a participação no certame tão somente a distribuidoras e concessionárias.

Ressalta que desclassificar a Apelante mesmo reconhecendo que o motivo de desclassificação não consta do edital é ampliar o alcance das regras do certame.

Argumenta, ademais, que sempre entregou veículo "0Km" com primeiro emplacamento para diversos órgãos do poder público, discorrendo sobre a forma de realização de seus negócios bem como sobre o fato de que o procedimento adotado pela Impetrante não ofende direito de terceiro, nem mesmo norma vinculada ao Edital.

Pugna pela reforma da r. sentença.

Apresentação de contrarrazões às fls.241/247 alegando que a decisão administrativa não é nula e não viola o princípio da vinculação ao Edital, sendo embasada em parecer jurídico elaborado pelo Departamento de Suprimentos do Apelado. Assevera que a Recorrente não tem imediato poder de disposição dos veículos que por ela são

alienados em processos licitatórios. Relata que a pessoa jurídica declarada vencedora tem por objeto social o comércio varejista, inclusive importações e exportações de veículos, peças e acessórios, prestações de serviços em geral para veículos e participações em outras sociedades. Diz estar encerrada a licitação não havendo mais interesse de agir, devendo o processo ser extinto.

Opina a douta Procuradoria-Geral de Justiça pelo desprovimento do recurso.

É o sucinto relatório.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Inicialmente, cumpre pontuar que o presente recurso será apreciado à luz do Código de Processo Civil de 2015, vigente ao tempo em que publicada a decisão recorrida (fls. 220), em obediência ao que restou definido por este Tribunal, nos termos do enunciado 54:

Enunciado 54 - (art. 1.046) A legislação processual que rege os recursos é aquela da data da publicação da decisão judicial, assim considerada sua publicação em cartório, secretaria ou inserção nos autos eletrônicos.

Consta dos autos que a empresa, ora apelante, impetrou Mandado de Segurança contra ato do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, alegando, em síntese, que saiu vencedora do processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para aquisição de 02(duas) van para a Secretaria Municipal de Saúde, entretanto, a Pregoeira Oficial reverteu tal situação e classificou em seu lugar a empresa VALEC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, por entender que a

Impetrante não estaria apta a comercializar veículos "0 Km" ao Município por não se tratar de concessionária ou fabricante de veículos.

A Pregoeira prestou informações aduzindo que o veículo "0 Km" somente poderá ser comercializado por concessionária ou distribuidor, vindo a aplicar a Lei 6.729/79.

In casu, a controvérsia restringe-se ao fato de ser ou não possível que a empresa que não seja fabricante de veículo automotor participe do processo licitatório para aquisição de veículo "0 Km".

A despeito de todo o alegado, desmerece qualquer reparo a sentença recorrida, porquanto não restou demonstrado direito líquido e certo da impetrante, na medida em que a VALEC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA é a empresa que, de fato, preenche os requisitos exigidos na licitação.

Pelo parecer jurídico constante de fls. 63 constou que o objeto previsto no Edital é a aquisição de van(veículo tipo carga mista tipo van)- Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, não tendo o edital discriminado o ano e modelo do veículo a ser adquirido, que assim considerou:

"Portanto, da estrita análise do instrumento convocatório, nada se infere que o veículo a ser adquirido será novo, ou " zero quilômetro", conforme sustentado na peça recursal, uma vez que não houve expressa menção desta circunstância no Edital- o que afasta, em tese, a aplicação das razões que motivaram o recurso administrativo. Ressalte-se: no instrumento convocatório nada indica o ano/modelo a ser adquirido, o que será sopesado oportunamente.

Contudo, considerando-se que o veículo a ser adquirido seja, de fato, zero quilômetro, o que, repita-se não restou expressamente consignado no Edital, a questão conversa repousa em saber a respeito da possibilidade de empresa que não seja fabricante ou concessionária de veículo automotor participar de certame licitatório

para aquisição deste tipo de bem.

A resposta é negativa.

Ora, incontroverso que a empresa J.C.B. Máquinas e Equipamentos Eireli EPP constitui-se em "Empresa de Pequeno Porte" e não se trata de concessionária de veículo.

Ademais, conforme consta nos autos, a empresa JCB MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, não possui disposição dos veículos que são alienados em processos de licitação, uma vez que assim efetiva seus contratos administrativos: a) após vencer o processo licitatório, a impetrante fatura o veículo junto a fábrica/montadora; b) após o recebimento o veículo é enviado para customização/adequações exigidas pelo edital; c) uma vez procedida a customização/adequação, o veículo é entregue para o ente estatal; d) após a entrega, o ente estatal providencia o seu primeiro licenciamento e registro.

É por demais complexa a ausência de informação no processo licitatório quanto ao ano e modelo do veículo que se pretende adquirir possibilitando controvérsias futuras, devido a falta de especificação do objeto licitatório. Outrossim, a venda de veículo novo somente pode ser realizada por concessionária ou fabricante ao consumidor final devendo registrá-lo em seu nome de acordo com o artigo 120 do Código de Trânsito brasileiro.

Ocorre que a impetrante informa na inicial que o veículo será negociado diretamente com a montadora e registrado primariamente em nome da Municipalidade, sem qualquer transferência do DUT, atendendo precisamente as condições do edital. É incontestável que a impetrante não tem imediato poder de disposição dos veículos que por ela são alienados sem obediência ao procedimento acima constante.

Lado outro, imperiosa a transcrição do art. 15 da Lei Federal 6.729/1979 (Lei das Concessões Comerciais), que regulamenta a questão relativa à venda direta de veículos pelas montadoras de automóveis a



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

consumidores finais:

"Art. 15. O concedente poderá efetuar vendas diretas de veículos automotores.

I - independentemente da atuação ou pedido de concessionário:

- a) à Administração Pública, direta ou indireta, ou ao Corpo Diplomático;
- b) a outros compradores especiais, nos limites que forem previamente ajustados com sua rede de distribuição;

II - através da rede de distribuição:

- a) às pessoas indicadas no inciso I, alínea a, incumbindo o encaminhamento do pedido a concessionário que tenha esta atribuição;
- b) a frotistas de veículos automotores, expressamente caracterizados, cabendo unicamente aos concessionários objetivar vendas desta natureza;
- c) a outros compradores especiais, facultada a qualquer concessionário a apresentação do pedido.

Da redação do artigo acima transcrito, constata-se que a venda direta por meio do concessionário mediador possui respaldo legal, enfatizando-se assim, que a Impetrante não efetua vendas diretas.

Neste contexto, verifica-se o objeto social da empresa VALEC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA (fls.197), qual seja: "o comércio varejista, inclusive importações e exportações de veículos, peças e acessórios, prestações de serviços em geral para veículos e participações em outras sociedades".

Tem-se, portanto, que a licitação é ato estritamente vinculado aos



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

termos da lei e às previsões editalícias, não se afigurando possível a supressão de critério legitimamente adotado pelo edital, aplicável indistintamente a todos os proponentes.

Ora, não se pode, aqui, desvencilhar do espírito da norma contida na Lei nº 8.666/93, segundo o qual a licitação destina-se, observado o princípio constitucional da isonomia, à seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Desta forma, a interpretação do texto legal não pode ser dissociada da discricionariedade inerente à administração pública que deve, sempre, observadas a oportunidade e a conveniência, valer-se de critérios que propiciem a preservação do interesse coletivo.

Destarte, certo que a aquisição de veículos através de concessionária atende ao disposto no art.15, I, da Lei 8666/93, deve ser classificada a empresa VALEC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, não possuindo a Impetrante direito líquido e certo.

Assim, diante do exposto, Nego Provimento ao Recurso Voluntário, Prejudicado o Reexame Necessário.

Sem custas.

DES. CARLOS ROBERTO DE FARIA

Sr^a. Presidente.

Registro, inicialmente, que a legislação processual que rege os recursos é aquela vigente na data da publicação da decisão judicial, de 08 de julho de 2015, entendendo que a presente causa deverá ser analisada segundo as disposições do Código de Processo Civil de 1973.

Tal constatação, contudo, não altera o desfecho proposto pela eminente Relatora.

Segundo a narrativa constante do recurso, JCB Máquinas e Equipamentos Eireli - EPP - participou de processo licitatório na modalidade pregão, realizado pela Prefeitura Municipal de Poços de Caldas para a aquisição de 02 (duas) vans para a Secretaria Municipal de Saúde.

Embora tenha se sagrado vencedora no certame, a pregoeira, subsidiada pelo parecer técnico de f. 62/65, acolheu o recurso administrativo e reverteu a sua situação para classificar, em seu lugar, a segunda colocada, a empresa Valec Distribuidora de Veículos Ltda.

Este o ato coator cuja nulidade é requerida no âmbito deste mandado de segurança, ao argumento, basicamente, de que o edital não restringiu a participação no certame às concessionárias, distribuidoras ou fabricante de veículos, e tampouco determinou que os automóveis oferecidos fossem apenas novos ou zero quilômetro.

Insiste que embora que não ostente a condição de concessionária nem montadora, está apta a negociar veículos novos, porquanto o registro e licenciamento é providenciado, diretamente, pela municipalidade, sem qualquer transferência via DUT (Documento Único de Transferência).

A nosso aviso, a sentença merece prevalecer.

Conquanto o edital do pregão eletrônico nº 425/SMA-14 não tenha feito referência explícita à aquisição de automóveis novos (f. 39), é incontroverso que a impetrante ofereceu duas vans zero

quilômetro, conforme as especificações discriminadas na proposta comercial de f. 46.

A controvérsia dos autos reside, portanto, na possibilidade de empresa de pequeno porte, não qualificada como concessionária ou fabricante, participar de processo licitatório para oferecer veículo novo.

Sobre o tema, a Lei 6.729, de 1979, conhecida como "Lei Ferrari", que trata da relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidores de veículos automotores via terrestre, dispõe que veículos zero km somente podem ser comercializados por concessionários ou distribuidores. Vejamos:

Art. 2º Consideram-se:

I - produtor, a empresa industrial que realiza a fabricação ou montagem de veículos automotores;

II - distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade;

Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.

Art. 15. O concedente poderá efetuar vendas diretas de veículos automotores.

I - independentemente da atuação ou pedido de concessionário:

a) à Administração Pública, direta ou indireta, ou ao Corpo Diplomático;

b) a outros compradores especiais, nos limites que forem previamente ajustados com sua rede de distribuição;

II - através da rede de distribuição:

a) às pessoas indicadas no inciso I, alínea a , incumbindo o encaminhamento do pedido a concessionário que tenha esta atribuição;

b) a frotistas de veículos automotores, expressamente caracterizados, cabendo unicamente aos concessionários objetivar vendas desta natureza;

c) a outros compradores especiais, facultada a qualquer concessionário a apresentação do pedido.

Como se nota, se apenas o concessionário pode realizar a venda de veículo novo ao consumidor final, fica evidente que qualquer outra empresa que realize esta operação está, na verdade, revendendo o produto na condição de consumidora final a outro consumidor final (no caso, a Administração Pública).

A teor da Deliberação CONTRAN nº 64, de 2008, o veículo só pode ser considerado novo antes do seu registro e licenciamento.

Ora, se o veículo novo só pode ter origem em duas situações, quais sejam, a aquisição direta junto ao fabricante ou ao concessionário, por certo que o automóvel adquirido pela impetrante destina-se, na verdade, à revenda, pois exige que o consumidor final e proprietário do veículo proceda ao registro perante o órgão executivo de trânsito de seu domicílio ou residência (art. 120 do CTB).

Num contexto como o delineado, é possível concluir pela impossibilidade fática de viabilização da proposta comercial da impetrante, nos termos da lei vigente, uma vez que a transferência de suas vans à Administração demandaria o prévio registro, licenciamento e emplacamento, circunstâncias que, por si só,



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

desqualificam os veículos como "novos" ou "zero quilômetro".

Com esses acréscimos, acompanho a i. Relatora para também NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

DES. GILSON SOARES LEMES

Acompanho a e. Des. Relatora para negar provimento ao recurso tendo em vista que, da análise dos autos, verifico que a apelante foi excluída em razão da aplicação da Lei 6.729/79 (que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre) que estabelece que a distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

O Objeto social da apelante é "comércio varejista de suprimentos de informática, computadores, eletrodomésticos, eletrônicos, imóveis, material hidráulico e elétrico, material de construção, material de limpeza e conservação, uniformes profissionais e escolares, material de escritório e escolar; comércio de veículos leves e pesados, motocicletas, empilhadeiras, caminhões e furgões, tratores e implementos agrícolas - novos e usados; representação comercial, máquinas e equipamentos.", enquanto da empresa considerada vencedora é "o comércio varejista, inclusive importações e exportações de veículos, peças e acessórios; prestações de serviços em geral para veículos e participações em outras sociedades"

Embora não haja a exigência de que o veículo seja zero quilômetro, observa-se que a recorrente não consegue fornecer imediatamente o veículo visto que necessita de um procedimento próprio para que o automóvel seja entregue ao ente estatal.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Já a empresa vencedora, por ser concessionária de veículo consegue entregar o automóvel imediatamente, efetuando a venda direta do bem.

Ademais, a empresa vencedora atende ao princípio da padronização previsto no art. 15, I da Lei 8.666/93.

Pelo exposto, acompanho a e. Des. Relatora para negar provimento ao recurso.

SÚMULA: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, PREJUDICADO O REEXAME NECESSÁRIO"